

MR26: Etnografias do/no sistema prisional: Método, campo, reflexividade e ética

Coordenação: Juliana Melo (UFRN)

Debatedor/a: Welliton Caixeta Maciel (UnB)

Participantes: Marcus Cardoso (UNIFAP), Carolina Lemos (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura), Natasha Krahn (UFBA), Juliana Melo (UFRN)

Resumo:

Interpelar etnograficamente a normalização da cultura do castigo, práticas (extra)legais e (extra)judiciárias de punição e controle ao longo da história constitui pauta importante na agenda de pesquisa de diferentes áreas, notadamente das Ciências Sociais e Humanas. O que significa punir/controlar, especialmente no sistema de justiça criminal brasileiro? Por que punir/controlar? Como se pune/controla? Quem pune/controla? A quem se pune/controla? Para responder a estas e outras questões pesquisadores/as têm buscado a etnografia, enquanto método focado no trabalho de campo, mas também enquanto postura e reflexividade em pesquisa empírica, considerando os aspectos éticos e seus desdobramentos. Propõe-se, neste painel, reunir pesquisadores/as e seus trabalhos sobre o campo em tela, em perspectiva local e também comparada, de maneira a visibilizar diferentes olhares etnográficos sobre as prisões e mecanismos de controle estatal em torno do modelo carcerário, dando especial atenção para questões tais como: seletividade penal, encarceramento em massa, facções prisionais, política de “guerra às drogas”, adolescentes infratores/as, mulheres encarceradas, presos/as LGBT, trabalho prisional, familiares de presos/as, egressos do sistema, alternativas penais vs. penas alternativas, usos discursivos e práticos da tortura, estado de exceção nas prisões, métrica e violência de Estado, vigilância e controles eletrônicos, governamentalidade neoliberal e monetarização da vida, entre outras.

Exclusão discursiva no cárcere

Autoria: Marcus Cardoso, Carolina Barreto Lemos (MNPCT)

Neste paper, apresento o material etnográfico e interpretações, elaborados por Carolina Lemos e por mim, acerca dos significados que as pessoas em situação de privação de liberdade no Distrito Federal dão a suas experiências cotidianas, com especial foco nas situações, relatos e percepções desses atores sociais relacionados àquilo que classificamos como processos estruturais de exclusão discursiva no âmbito desse contexto. A partir de nossos dados de campo, sustento que estes processos são uma dimensão central do puxar pena, não apenas configurando uma forma em si de desconsideração, como também a própria condição necessária para a manutenção de um quadro estrutural de violência e violações a direitos no cárcere.

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

